



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 2º andar – sala 2047 – São Paulo – SP – 05508-900

Tel/fax: (11) 3091-3754 – e-mail: fflchfip@usp.br – Home: www.fflch.usp.br/dcp

Disciplina optativa: **Judiciário e Política**

Atualizado em 22/8/16

Professor: **Rogério B. Arantes**

2º semestre de 2016

Objetivos.

A disciplina trata das relações entre Judiciário e Política. A partir do debate clássico sobre separação de poderes, a disciplina examina as funções institucionais atribuídas ao Judiciário moderno, distinguindo os sistemas nos quais ele tem participação política daqueles em que seu papel se restringe à prestação jurisdicional comum. Associados a essa distinção, temos modelos diversos de democracia, que combinam em diferentes graus a forma do governo popular com limites à vontade política majoritária, incluída aí a participação do Judiciário. A disciplina explora tais variações na construção das modernas democracias constitucionais e seus impactos sobre a definição do lugar reservado ao Judiciário no sistema de separação de poderes.

A disciplina examina a expansão do Judiciário no mundo contemporâneo em duas dimensões básicas: do ponto de vista político, analisa sua capacidade de controlar os atos normativos dos demais poderes pela via do controle constitucional das leis; do ponto de vista social, examina como a justiça vem se tornando arena de conflitos envolvendo direitos coletivos e sociais. Nesse contexto, são examinados os conceitos recentes de *judicialização da política*, de *politização da justiça*.

Interessa à disciplina conhecer de perto em que medida o desenho institucional de certos regimes democráticos acaba por transformar o Judiciário em ponto estratégico na operação do sistema político e como a ele têm recorrido os atores políticos e sociais, seja para bloquear decisões majoritárias tomadas em outras esferas, seja para promover suas causas coletivas pela via da judicialização. Em ambos os casos, estamos diante de processos que ultrapassam o âmbito parlamentar e representativo tradicional. Por essa via, a disciplina poderá revisar o próprio conceito de representação política, agregando-lhe as experiências que têm ocorrido nas arenas judiciais.

Outros subtemas da relação entre Judiciário e Política poderão ser objeto de análise pela disciplina, tais como o perfil da magistratura, o papel das instituições de justiça no sistema de *accountability* e de combate à corrupção, os impactos do funcionamento do Judiciário sobre a economia, o ativismo judicial e o voluntarismo de juízes e promotores de justiça, a intervenção do Judiciário sobre regras do jogo político-eleitoral e o impacto de suas decisões sobre as políticas públicas, dentre outros.

Dinâmica do curso e critérios de avaliação.

O curso será baseado em aulas expositivas, seminários e debates, pesquisas e levantamento de dados, atividades individuais e coletivas. **Tais atividades foram pensadas e serão estimuladas com a intenção de promover um curso bastante dinâmico, no qual a participação do aluno não se restrinja à condição de assistir passivamente as aulas expositivas. Bem mais do que isso, a intenção é que os alunos realizem pesquisas, deem tratamento aos dados coletados, preparem e executem apresentações públicas e participem ativamente dos debates.**

Em geral, as turmas são constituídas por alunos oriundos de diversos cursos: ciências sociais (nossa casa), direito, relações internacionais, história, dentre outros. Essa combinação de saberes será valorizada pois ela confere à dinâmica do curso uma de suas características mais notáveis e positivas.

A bibliografia e outros materiais do curso estarão disponíveis no Tidia-ae. **Um detalhe importante: textos que se encontram disponíveis na Internet devem ser acessados a partir dos hiperlinks inseridos no próprio arquivo do Programa disponível no Tidia-ae. Não foram gerados arquivos PDF nestes casos. Se você procurar o arquivo do texto no repositório e não encontrá-lo, verifique antes se não se trata justamente deste caso.**

Os alunos serão avaliados por sua participação nas atividades obrigatórias estabelecidas pelo curso. São elas:

Atividade	Peso na média final	Aulas
1. Trabalho (em grupo) sobre temas selecionados	40%	6 ^a , 7 ^a , 8 ^a , 9 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 15 ^a
2. Prova escrita (individual)	40% (nota mínima: 5,0)	10 ^a
3. Participação no curso	20%	Todas

Por atividade obrigatória entende-se aquela cuja não-realização por parte do estudante implicará reprovação automática e impossibilidade de realizar recuperação, independentemente das notas obtidas nas demais atividades que vier a desenvolver.

Especificações:

1. **Trabalho em grupo:** a sala será dividida em 07 grupos (que devem ser formados até a aula 2, e depois disso haverá sorteio daqueles alunos que não tiverem se alocado até então) e cada um deles se encarregará de realizar uma pesquisa sobre um dos temas das aulas 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 12^a, 13^a e 15^a. Os temas serão sorteados entre os grupos. Os trabalhos serão apresentados pelo grupo na respectiva aula e um segundo grupo, definido por sorteio, fará a apreciação inicial e promoverá o debate. A versão escrita final deverá ser entregue uma semana após a apresentação. Mais detalhes serão definidos oportunamente.
2. A **prova escrita**, a ser realizada na 10^a aula, incidirá sobre as leituras básicas realizadas até então. Para aprovação na disciplina, a nota mínima nesta prova é 5,0 (cinco).
3. A **Participação no curso** será aquilatada pela 1) assiduidade; 2) pela participação nas aulas dialogadas, por meio de comentários baseados na bibliografia e 3) pela participação nas apresentações e arguições dos trabalhos em grupo.

Tenham em mente essas regras e orientem-se por elas. Este programa é seu guia de atividades e de trabalho ao longo do semestre. Cuide bem dele.

Conteúdo programático

1ª Aula (23/8) Apresentação do curso e introdução ao debate clássico sobre Judiciário e Política

1ª Parte: Apresentação do curso: objetivos e regras do jogo

2ª Parte: Judiciário e Política nas modernas democracias constitucionais: questões clássicas

Leitura básica:

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes. 1996. Livro XI, capítulo VI, pp- 167-178.

MADISON, James e outros. *Os artigos federalistas, 1787-1788*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1993. N^{os} 51, 78, 79, 80 e 81.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo. EDUSP. 1977. Livro I, 1ª parte, cap VI (82-85, 117-121), livro I, 2ª parte, cap VI (184-186), cap VII (202-208)

2ª Aula (30/8) Orientações de trabalho e pesquisa, planejamento das atividades e organização dos grupos.

3ª Aula (6/9) Judiciário e Política no Brasil: introdução.

Leitura básica:

ARANTES, Rogério B. “Judiciário: entre a Justiça e a Política” In: Lucia Avelar; Antonio Octavio Cintra. (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 3a ed. Rio de Janeiro; São Paulo: F Konrad Adenauer; Editora UNESP, 2015. Pp 29-68.

[Constituição Brasileira de 1988](#). Título IV, Capítulos III e IV.

Leitura complementar:

VIANNA, Luiz Werneck. “O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a tradição Republicana: mudança e conservação”. In: OLIVEN, R. G. RIDENTI, M. BRANDÃO, G. M. (Org.). *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 91-109.

POGREBINSCHI, Thamy. *Judicialização ou representação? Política, direito e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 1, pp 17-60.

4ª Aula (13/9). Controle constitucional em perspectiva comparada.

Leitura básica:

ARANTES, Rogério B. “Cortes constitucionais” in Avritzer, L. (et al.) (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Pp. 195-206.

SILVA, Virgílio Afonso. “[O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública.](#)” In *Revista de Direito Administrativo* 250 (2009): 197-227.

Leitura complementar:

STONE SWEET, Alec.(2000) *Governing with Judges. Constitutional Politics in Europe*. Oxford University Press. Cap 2, pp 31-60.

ARANTES, Rogério B. *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo: Idesp/Sumaré, Educ, 1997. Cap 1. Pp 27-64.

KOERNER, Andrei e FREITAS, Lígia B. “[O Supremo na Constituinte e a Constituinte no Supremo](#)”. In *Lua Nova*: 88, pp 141-184, 2013.

LIJPHART, Arend.(2003) *Modelos de Democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Cap. 12, pp 245-260.

5ª Aula. (20/9). O Supremo Tribunal Federal: visão geral.

Leitura básica:

RIBEIRO, Leandro M. & ARGUELHES, Diego W. “Preferências, Estratégias e Motivações: Pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro.” *Revista Direito e Práxis* Vol. 4, n. 7, 2013, pp. 85-121.

ARGUELHES, Diego W & RIBEIRO, Leandro M. “[Criatura e/ou Criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988](#)”. *Rev. Direito GV* vol.12 no.2 São Paulo May/Aug. 2016

Leitura complementar:

TAYLOR, Matthew (2008) *Judging policy. Courts and Policy Reform in Democratic Brazil*. Stanford, Stanford University Press. Cap 2 e 4. Pp13-47; 72-89.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. “[A Constituição de 1988 vinte anos depois: Suprema Corte e Ativismo Judicial à brasileira](#)”. *Revista Direito GV*, v.8. p 407-440, Jul-Dez de 2008.

FALCÃO, Joaquim A.; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. “[O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?](#)” *Lua Nova* (Impresso), p. 429-469, 2013.

FALCÃO, Joaquim; CERDEIRA, Pablo de C; ARGUELHES, Diego W. (2011) “I Relatório Supremo em Números: o múltiplo Supremo”. *RDA- Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 262, p. 399-452, jan./abr. 2013.

6ª Aula (27/9). O Supremo Tribunal Federal: regimento interno e processo decisório.

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 1

Leitura básica:

VOJVODIC, Adriana de M; MACHADO, Ana M. F.; CARDOSO, Evorah L. C. “[Escrevendo um romance, primeiro capítulo: precedentes e processo decisório no STF](#)”. In *Revista Direito GV*, São Paulo, Vol 9. pp 21-44, jan-jun 2009.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. “[Supremo relator: processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula](#)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, p. 89-115, 2012.

Leitura complementar e fontes de pesquisa:

OLIVEIRA, Fabiana Luci. “[Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e 'panelinhas'.](#)” *Revista de Sociologia e Política* (UFPR), v. 20, p. 139-153, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. “Um Voto Qualquer?” O Papel do Ministro Relator na Deliberação do Supremo Tribunal Federal. *Revista Estudos Institucionais*, v. 1, p. 180-200, 2015.

DIMOULIS, Dimitri; CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, Luciana de Oliveira (orgs.) (2014) *O Supremo Tribunal Federal para além das Ações Diretas de Inconstitucionalidade*. Direito GV, 2014.

7ª Aula. (4/10) O Supremo Tribunal Federal: indicação e nomeação de ministros.

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 2

Leitura básica:

ARGUELHES, Diego Werneck; Leandro Molhano RIBEIRO. (2010) “[Indicações Presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e suas finalidades políticas](#)” *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 255, p. 115-143, set./dez. 2010

JALORETTO; Maria F e MUELLER, Bernardo (2011) “[O procedimento de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal - uma análise empírica](#)”. *Economic Analysis of Law Review*, v. 2, n. 1, pp. 170-187, 2011.

Leitura complementar e fontes de pesquisa:

[HISTÓRIA ORAL DO SUPREMO \(1988-2013\)](#). FGV Direito Rio; FGV Direito SP e FGV/CPDOC

LLANOS, Mariana e LEMOS, Leanny. (2013), “Presidential preferences? The Supreme Federal Tribunal Nominations in Democratic Brazil”. *Latin America Politics and Society*, v. 55, pp. 77-105, 2013.

OLIVEIRA; Maria A. J S C & GAROUPA, Nuno. (2011), “Choosing Judges in Brazil: Reassessing Legal Transplants from the United States”. *The American Journal of Comparative Law*, v. 59, pp. 529-561

Turner, Cláudia & Prado, Mariana. “A democracia e o seu impacto nas nomeações dos diretores das agências reguladoras e ministros do STF.” In *Revista de Direito Administrativo* (2010) Vol 250, Pp 27-74

8ª Aula (11/10) O Supremo Tribunal Federal: perfil dos ministros.

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 3

Leitura básica:

OLIVEIRA, Fabiana Luci . “Os Ministros do Supremo Tribunal Federal no Pós Constituição de 1988: Profissionais versus Políticos”. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos - SP, v. 40-41, p. 183-205, 2002.

DA ROS, Luciano. “[Juizes Profissionais? Padrões de carreira dos integrantes das Supremas Cortes de Brasil \(1829-2008\) e Estados Unidos \(1789-2008\)](#)”. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 20, p. 149-169, 2012.

Leitura complementar e fontes de pesquisa:

[HISTÓRIA ORAL DO SUPREMO \(1988-2013\)](#). FGV Direito Rio; FGV Direito SP e FGV/CPDOC

9ª Aula (18/10) O Supremo Tribunal Federal e a reforma constitucional: repercussão geral e súmulas vinculantes

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 4

Leitura básica:

VIEIRA, Oscar Vilhena. “[Supremocracia](#)”. *Revista Direito GV*, v.8. p 441-463, Jul-Dez de 2008.

Leitura complementar:

ARANTES, R. “Consensos e dissensos na reforma constitucional do Judiciário” in CASTELAR, Armando (org). (2003) *Reforma do Judiciário. Problemas, desafios e perspectivas*. São Paulo: Idesp; Rio de Janeiro: Book Link, 2003. Pp 120-137.

DESPOSATO, Scott; INGRAM; Matthew & LANNES, Osmar. (2014), “Power, Composition, and Decision Making: the Behavioral Consequences of Institutional Reform on Brazil’s Supremo Tribunal Federal”. *Journal of Law, Economics, and Organization*.

GAROUPA, Nuno & OLIVEIRA; Maria A. J S C &. (2013), “Stare Decisis and Certiorari Arrive to Brazil: A Comparative Law and Economics Approach,” *EMORY INTERNATIONAL LAW REVIEW*, vol. 26 (2), pp. 555-598

10ª Aula (25/10) Prova individual.

11ª Aula (1/11) Judiciário e políticas públicas.

Leitura básica:

TAYLOR, Matthew. “[O Judiciário e as políticas públicas no Brasil](#)” in *Dados*, Vol 50, n. 2, Rio de Janeiro. pp. 229-257, 2007.

ENGELMANN, Fabiano e CUNHA Filho, M, C. “[Ações judiciais, conteúdos políticos: uma proposta de análise para o caso brasileiro](#)”. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR), v. 21, p. 57-72, 2013.

Leitura complementar:

OLIVEIRA, Vanessa E. “[Poder judiciário: árbitro dos conflitos constitucionais entre estados e união](#)” In *Revista Lua Nova*, n. 78 São Paulo, 2009.

WANG, Daniel. “[Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do STF](#)”. In *Revista Direito GV*, 4 (2) jul-dez 2008, pp 539-568.

SILVA, Virgílio Afonso. “O Judiciário e as políticas públicas: entre transformação social e obstáculo à realização dos direitos sociais”. in: Cláudio Pereira de Souza Neto & Daniel Sarmento, *Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécies*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008: 587-599.

12ª Aula (8/11) Judiciário e eleições.

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 5

Leitura básica:

MARCHETTI, Vitor E. *Justiça e Competição Eleitoral*. Santo André: UFABC, 2013. Capítulos selecionados.

Leitura complementar:

TAYLOR, M. M. “A Justiça Eleitoral”. In: Fátima Anastasia; Leonardo Avritzer. (Org.). *Reforma Política Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. , p. 147-152.

[CADERNOS ADENAUER 1/2014: JUSTIÇA ELEITORAL](#). Brasília, setembro de 2014.

DIA 15 DE NOVEMBRO – FERIADO DE PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA – NÃO HAVERÁ AULA

13ª Aula (22/11). O Supremo Tribunal Federal: perfil dos provocadores (*)

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 6

Leitura básica:

TAYLOR; Matthew, DA ROS. (2008) “Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política”. *Dados*, v. 51, n. 4, pp. 825-864, 2008

MACHADO, Igor S. (2009) “A constituição de 1988 e a judicialização da política: o caso do controle de constitucionalidade exercido pelo STF.” In Carvalho, M.A.R; Araujo, C. e Simões, J.A. (2009) *A constituição de 1988. Passado e Futuro*. São Paulo : Hucitec: Anpocs, pp 202-248.

(*) A ênfase do trabalho em grupo recairá sobre os atores da “sociedade civil”

14ª Aula (29/11) Ministério Público e Polícia Federal no combate à corrupção.

Leitura básica:

KERCHE, Fábio (2007) [Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil](#). *Revista Dados*. Vol. 50, n.2, pp 259-279.

ARANTES, Rogério B. . “Polícia Federal e Construção Institucional”. In: Leonardo Avritzer; Fernando Filgueiras. (Org.). *Corrupção e Sistema Político no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. , p. 99-132.

Leitura Complementar:

ARANTES, R. *Ministério Público e Política no Brasil*. São Paulo: Idesp/Sumaré, Educ, 2002. Cap. 1. Pp 19-113.

ARANTES, Rogério B. . The Federal Police and the Ministério Público. In: Timothy Power; Matthew Taylor. (Org.). *Corruption and Democracy in Brazil*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2010, v. , p. 184-217.

VIANNA, Luiz Werneck e BURGOS, Marcelo. “Revolução processual do Direito e Democracia Progressiva” in VIANNA, Luiz Werneck (Org.) *A democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: Luperj/Faperj, 2002. pp. 337-339; 381-491.

15ª Aula (6/12) Supremo Tribunal Federal: foro privilegiado?

1ª parte: Apresentação de Trabalho – Tema 7

Leitura básica:

(a definir)

Bibliografia complementar (para subsidiar os trabalhos em grupo e para pesquisas futuras)

- ABRAMO, Claudio Weber. (2010), “Tempos de espera no Supremo Tribunal Federal”. *Revista Direito GV*, vol. 6, n. 2, pp. 423-442, 2010.
- ALMEIDA, Frederico de. (2014) “As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira”. *Revista de Sociologia Política*, v. 22, n. 52, pp. 77-95, 2014.
- ARANTES, Rogério B. “Constitutionalism, the expansion of Justice and the Judicialization of Politics in Brazil”, in SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line and ANGELL, Alan (eds.). *The Judicialization of Politics in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- ARANTES, Rogério B. “Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política”. *Justitia*, v. 197, p. 325-335, 2007.
- ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. “Uma constituição incomum” In: CARVALHO, M.A.R; ARAUJO, C. e SIMÕES, J.A. *A constituição de 1988. Passado e Futuro*. São Paulo : Hucitec: Anpocs, 2009, p. 17-51. 2009.
- ARANTES, Rogério B. “Ações Coletivas” in Avritzer, L. (et al.) (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Pp. 495-503.
- AVRITZER, L. (et al.) (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- AVRITZER, L.; MARONA, M.; GOMES, L. (Org.) (2014). *Cartografia da justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios*. São Paulo: Saraiva.
- BONELLI, Maria da Gloria. *Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado*. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002.
- BOTTINI, Pierpaolo; RENAULT, Sérgio. *Reforma do Judiciário*. São Paulo: Saraiva: 2005. Cap 1, pp 1-12.
- BUCCI, Maria Paula Dallari (org.) *Políticas públicas. Reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo. Editora Saraiva, 2006.
- BUCK, Pedro. (2015) *Fidelidade, álibi ou traição: Resignificação e perspectivas sobre o comportamento decisório do STF*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015
- CAPPELLETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*. Porto Alegre: Fabris, 1984.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Brian. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma fenda na Justiça: a defensoria pública e a construção de inovações democráticas*. Hucitec. 2010.
- CARVALHO, Ernani (2008) “O Supremo Tribunal Federal: das trincheiras de defesa dos direitos individuais ao processo decisório do Estado”. In: Sérgio Praça; Simone Diniz. (Org.). *Vinte anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, p. 77-94.
- CASTRO, Marcus. F. (1997) *O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n.34, p. 147-156, 1997.
- COSTA, Emilia Viotti. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo, IEJE, 2001.
- COUTINHO, Diogo; VOJVODIC, Adriana (coord.). *Jurisprudência constitucional: como decide o STF?* São Paulo: Malheiros, 2009.
- COUTO, Cláudio G. e ARANTES, Rogério B. “Constituição, governo e democracia no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2006.

- CUNHA, Luciana Gross . Juizado Especial : criação, instalação, funcionamento e a democratização do acesso à justiça. 1. ed. São Paulo: Editora SARAIVA, 2008. v. 1. 152 p.
- CUNHA, Luciana Gross e Gabbay Daniela Monteiro. (Org.). *Litigiosidade, Morosidade e Litigância Repetitiva no Judiciário: uma análise empírica*. 1ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2013
- CUNHA, Luciana Gross . Juizado Especial : criação, instalação, funcionamento e a democratização do acesso à justiça. 1. ed. São Paulo: Editora SARAIVA, 2008. (Capítulos selecionados).
- DA ROS, Luciano. “[Difícil hierarquia: a avaliação do Supremo Tribunal Federal pelos magistrados da base do Poder Judiciário no Brasil](#)”. Revista Direito GV, v. 9, p. 47-64, 2013.
- DIMOULIS, Dimitri, Luciana G. CUNHA e Luciana de O. RAMOS (Orgs.) *O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de inconstitucionalidade*; autores Aline Oliveira de Santana ... [et al.]. – São Paulo : Direito GV, 2014
- DOMINGO, P and SIEDER, R (eds.). *Rule of Law in Latin America: The International Promotion of Judicial Reform*. London: Institute of Latin America Studies, University of London
- ELSTER, Jon and SLAGSTAD, Rune (eds.). *Constitucionalismo y Democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- ENGELMANN, Fabiano. “Elites judiciárias” in Avritzer, L. (et al.) (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 213. Pp. 195-206.
- EPP, Charles. (1998). *The rights revolution: lawyers, activists, and Supreme Courts in Comparative Perspective*. Chicago, University of Chicago Press.
- FARIA, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*. São Paulo, Malheiros, 1993.
- FARIA, José Eduardo (org.). *Direitos humanos, direitos sociais e Justiça*. São Paulo, Malheiros. 1994, cap 3. Pp 52-67.
- FAVOREU, Louis. *As cortes constitucionais*. São Paulo: Landy Editora, 2004.
- FEREJOHN, John. “Constitutional Review in the Global Context”. *Legislation and Public Policy*. Vol 6:49., pp 49-60.
- FERRAZ, Leslie S. “A conciliação nos Juizados Especiais Cíveis: uma análise empírica” in Salles, Carlos Alberto (coord.) *As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo, Quartier Latin, 2009. Pp 394-416.
- FERREIRA, Siddharta L e Eric B. D. FERNANDES. “[O STF nas cortes Victor Nunes Leal, Moreira Alves e Gilmar Mendes](#)”. Revista Direito GV, São Paulo, 9 (1) , pp 23-46, Jan-Jun 2013.
- FRAGALE Filho, Roberto. “Conselho Nacional de Justiça: desenho institucional, construção de agenda e processo decisório”. *Dados* vol.56 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013
- GINSBURG, Tom. (2003) *Judicial Review in New Democracies. Constitutional Courts in Asian Cases*. Cambridge University Press, 2003. Introdução e caps 1 e 2. Pp 1-64.
- GRINOVER, Ada. “O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário” in Salles, Carlos Alberto (coord.) *As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo, Quartier Latin, 2009.
- KAPISZEWSKI, Diana & TAYLOR, Matthew. “Doing Courts Justice? Studying Judicial Politics in Latin America.” *Perspectives on Politics*, v. 6, p. 741-767, 2008.
- KERCHE, Fábio . *Virtude e Limites: Autonomia e Atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- HIRSCHL, Ran. *Towards Juristocracy. The origins and consequences of tge new constitutionalism*. Cambridge and London. Harvard Univsersity Press, 2004
- KNIGHT, Jack. “Institutionalizing Constitutional Interpretation” in Ferejohn, J. & Rakove, J & Riley, J (Eds.). *Constituional Culture and Democratic Rule*. Cambridge University Press, 2001.

- KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na Constituição da República*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998. Cap 4, pp. 179-208.
- KOERNER, Andrei e BARREIRA, Karen. Uma proposta de metodologia para análise do comportamento dos ministros do STF. In: IX Encontro da ABCP. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403627710_ARQUIVO_abcp-artigoAndrei&Karen.pdf
- LÖSING, Norbert. *La Jurisdiccionalidad constitucional en Latinoamérica*. Madrid: Editorial Dykinson, Fundação Konrad Adenauer. 2002.
- MACHADO, Igor Suzano. “A constituição de 1988 e a judicialização da política: o caso do controle de constitucionalidade exercido pelo STF.” In CARVALHO, M.A.R; ARAUJO, C. e SIMÕES, J.A. (2009) *A constituição de 1988. Passado e Futuro*. São Paulo : Hucitec: Anpocs, 2009, pp 202-248.
- MADEIRA, Ligia M. “A Defensoria Pública no Brasil: implementação, funcionamento e efetividade do acesso à justiça”. In: 8o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, Gramado. Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012.
- MARONA, Marjorie Correa. “Defensorias Públicas” in Avritzer, L. (et al.) (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Pp 351-368.
- MAZZILLI, Hugo N. *O acesso à justiça e o Ministério Público*. São Paulo, Saraiva, 41-54.
- MENDES, Conrado Hubner.(2008) *Controle de constitucionalidade e democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- MOURA, Tatiana W.; CUSTODIO, R. B.; SILVA, F. S.; CASTRO, A. L. M. (2013). [Mapa da Defensoria Pública no Brasil](#). Brasília: ANDEP; IPEA
- OLIVEIRA, Fabiana Luci. *STF do autoritarismo à democracia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012
- OLIVEIRA, Vanessa Elias. “Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política?” *Revista Dados*, vol. 48/3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- OLIVEIRA, Vanessa Elias; Noronha, Lincoln N.T. . Judiciary-Executive Relations in Policy Making: The Case of Drug Distribution in the State of São Paulo. *Brazilian political science review*, v. 5, p. 11-46, 2011.
- PESANHA, Charles. “Controle do Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça” in Avritzer, L. (et al.) (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Pp. 505-511.
- PINHEIRO, Armando C. (Org.) *Judiciário e Economia no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2000
- SADEK, Maria T. *A Justiça Eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1995.
- SADEK, Maria T. “O Poder Judiciário na Reforma do Estado”. In: PEREIRA, L. C. B., WILHEIM, J., SOLA, L. (Org.) *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999.
- SADEK, Maria T. (Org.). *Acesso à Justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- SADEK, Maria T. *O Judiciário em debate*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- SADEK, Maria T. “Poder Judiciário: perspectivas de reforma” in *Opinião Pública*, Campinas, vol X, n. 1, maio de 2004.
- SADEK, Maria T. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SADEK, Maria T. e ARANTES, Rogério B. “A crise do Judiciário e a visão dos juízes”. *Revista da USP*, n.21, p.34-45, mar./maio 1994.
- SADEK, Maria T. “Juizados Especiais: um novo paradigma”. In Salles, Carlos Alberto (coord.) *As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo, Quartier Latin, 2009. Pp 417-430.
- SADEK, Maria T. “[Poder Judiciário: uma nova instituição](#)”. In *Reforma do Estado brasileiro: perspectivas e desafios*. Cadernos Adenauer. Ano XI, n. 1, 2010.

- SANTOS, Boaventura de S. et al. “Os tribunais nas sociedades contemporâneas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.30, p.29-62, fev. 1996.
- SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line and ANGELL, Alan (eds.). *The Judicialization of Politics in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- SUNDFELD, Carlos Ari, Rodrigo Pagani de SOUZA. *Repercussão Geral e o Sistema Brasileiro de Precedentes*. SÉRIE PENSANDO O DIREITO Nº 40/2011 – versão publicação. SAL – Ministério da Justiça, Brasília, 2011.
- TATE N., VALLINDER, T. (Ed.) *The global expansion of Judicial Power*. New York: New York University Press, 1997.
- TAYLOR, Matthew M. “Veto and Voice in the Courts: Policy Implications of Institutional Design in the Brazilian Judiciary”. *Comparative Politics*, New York, v. 38, n. 3, p. 337-355, 2006.
- TAYLOR, Matthew M. “Beyond Judicial Reform: Courts as Political Actors in Latin America”. *Latin American Research Review*, Texas, v. 41, n. 2, p. 269-280, 2006.
- TAYLOR, Matthew M. “Citizens against the State: The Riddle of High Impact, Low Functionality Courts in Brazil.” *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 418-438, 2005.
- TAYLOR, Matthew M. ; RIOS-FIGUEROA, J. “Institutional Determinants of the Judicialisation of Policy in Brazil and Mexico”. *Journal of Latin American Studies*, v. 38, p. 739-766, 2006.
- VALE, Oswaldo T. do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck et al. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo; e SALLES, Paula Martins (2007). “17 anos de judicialização da política”. *Tempo Social*, v.19 n.2, São Paulo, Universidade de São Paulo
- VIEIRA, Oscar Vilhena. “Constituição como reserva de Justiça” in *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, 42: 53-97. 1997.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. *Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política*. São Paulo: Malheiros Ed., 2nd ed. 2002.